

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATA Nº 252ª – REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, realizou-se de forma presencial a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Bernardo do Campo. Participaram da referida reunião os seguintes **Conselheiros Titulares:** Anielle Costa dos Santos, Renata Peixoto G. Nigro, Joseleine de Campos Gomes, Kauê Pedro Costa, Adriel Sampaio Molina, Alan Mazzolene, Francisco Carlos M. Lopes, Adriana Colombani Pinto, Maria Lúcia Leite, Daniela Alves L. Barbosa **conselheiros suplentes:** Luciana Pardim, Silvéria Rosa R. Madeira **como convidados e/ou observadores:** Dilma J. B. Silva (municípe); Oatrícia M. Cardoso (CRAS V); Valdete A. de Moura (municípe); Leila Cristiane da Silva Vieira (colaboradora da Comissão de Políticas Públicas); Mariene S. D. Cruz (municípe); Debora M.M. Querido (colaboradora da Comissão de Acessibilidade); Gina S. Silva (municípe); Valdemir Toledo e Bruna da Silva Prado (intérpretes de libras). **1) Abertura:** A reunião A Sra. Anniele, Presidente agradece a presença de todos e destaca que a sua ausência na participação da Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de seu em razão de falecimento de familiar, onde está se recuperando aos poucos. Enfatiza que os(as) Delegados(as) que participaram do Evento representaram muito bem o nosso Município, onde inclusive parabeniza a todos e em especial às nossas Delegadas Sra. Daniela e a Sra. Patrícia que foram eleitas para participarem da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que ocorrerá em Brasília. **2) Deliberações: 2ª) Justificativas de ausências de conselheiros:** Foram apresentadas pela Sra. Alessandra as justificativas de ausências, sendo estas deliberadas por consenso entre os(as) conselheiros(as), a saber: Sra. Luciana Barboza (questão de saúde); Sra. Rosana (demanda de trabalho) e Sr. Mateus (questão de saúde). Aproveitando o ensejo, o Sr. Francisco menciona sobre a reunião ordinária de fevereiro/24 que a data teve que ser alterada em função de um evento que iria ocorrer aqui neste Complexo. Acha que quando este tipo de situação ocorrer não deveria computar falta para nenhum conselheiro, tendo em vista que este já tinha se programado para participar daquela data, a qual está inserida no calendário anual de reuniões ordinárias aprovado por este Conselho. Em apreciação, os conselheiros presentes aprovaram por consenso a proposta do Sr. Francisco. **2b) Ata 251ª – Reunião Ordinária do CMDPCD:** A Sra. Alessandra aproveita o ensejo para apresentar a Sra. Solange que trabalha no Setor de Apoio aos Órgãos Colegiados, a qual estará acompanhando os trabalhos administrativos deste Conselho, onde a partir de abril de 2024 a mesma estará assumindo legalmente a função de Secretária Executiva, com portaria em substituição à Sra. Alessandra a qual exerce hoje esta função. Em nome do Conselho a Sra. Anniele dá as boas-vindas a Sra. Solange. A Sra. Anniele informa que a Ata foi encaminhada por e-mail anteriormente aos (as) conselheiros(as) para leitura prévia. Como no pleno não houve sugestões de adendos e/ou correções a Ata CMDPCD 251ª foi deliberada favoravelmente na íntegra por consenso pelos(as) conselheiros(as). Verificando todos os assuntos da pauta e considerando que o item de informes quanto à Devolutiva da Delegação de SBCampo que participaram da Conferência está como o último item e, tendo em vista que temos a manifestação da Delegada Sra. Daniela que provavelmente terá que se ausentar antes do término da reunião por questões de compromisso profissional, houve a proposta e consentimento por parte de todos(as) conselheiros (as) presentes no pleno de inverter este item para apresentação neste momento. Desta forma, deu início à apresentação do **item 4c da pauta: Devolutiva da Delegação de SBCampo quanto à participação na Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência:** No contexto geral houve a manifestação dos(as) Delegados(as) presentes no pleito falando de suas experiências enquanto a participação no evento, sendo destacado por todos que os trabalhos foram bem intensos, informando que se dividiram para participação nos Eixos de trabalho. Disseram que perceberam que muitas propostas apresentadas pelo Estado com relação à condensação de todas dos municípios, algumas eram muito parecidas com as que o nosso município apresentou. Disse que as propostas levadas pelo nosso município foram defendidas pela nossa Delegação e que uma delas foi votada e deliberada na plenária geral da Conferência, a qual seguirá para discussão na Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o que trouxe muita alegria para toda Delegação. Além disso, tivemos também, conforme já citado pela Sra. Anniele no início da

reunião, a eleição de duas de nossas Delegadas que foram eleitas enquanto Delegação de SBCampo para participar da mencionada Conferência Nacional, Sra. Daniela (enquanto Poder Público) e Sra. Patrícia (enquanto Sociedade Civil- com a participação da Sra. Luciana Pardim como sua acompanhante). A Delegação como um todo apontou que foi uma experiência muito positiva e gratificante terem participado deste Evento, com aprendizados para a vida. Assim sendo, o pleno parabeniza a Delegação pela participação e envolvimento e, para as Delegadas eleitas, rumo à Brasília com a mesma garra e dedicação. Foi solicitado que a Delegação elabore um relatório sobre a participação no citado evento para ficar nos arquivos do Conselho. Após, a Sra. Anniele informa que iremos seguir com a pauta da reunião. **3) Apresentações: 3a) Funcionamento geral do Conselho:** A Sra. Anniele solicita que o Sr. Gabriel faça a apresentação do assunto em epígrafe. O mesmo toma a palavra destacando que como foi importante na gestão passada o Conselho ter realizado a Reunião Ampliada para validar as deliberações ocorridas na V Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de SBCampo, ocorrida em 2021 (período pandêmico), destacando que se não fosse realizada a mesma não teríamos tido todo o sucesso na participação da nossa Delegação na Conferência Estadual, com os resultados apresentados pelos membros hoje neste pleno. Enquanto funcionamento do Conselho informa que tudo o que se fomenta e traz para as pautas é muito importante. Disse que percebeu que quando se pergunta para as pessoas em determinados lugares sobre a existência deste Conselho, a maioria cita que não conhece. Menciona que neste novo mandato a maioria dos conselheiros que compõe este Conselho são novos, por isso a importância destas apresentações contantes na pauta de hoje, não só com relação ao funcionamento do Conselho, mais sim com relação ao funcionamento das Comissões e estrutura geral do Conselho. Destaca a importância de todos se apropriarem das legislações, lendo a Lei de criação e o Regimento Interno porque é o que rege o funcionamento. Diz que uma das questões apontadas na lei é que o Conselho é constituído de forma paritária, ou seja 50% é composto por representantes do Poder Público, onde os membros são indicados pelas Secretarias Municipais afins e 50% é composto por representantes da Sociedade, onde é realizado um processo eleitoral para a eleição dos representantes dos dois Segmentos que a compõe. Outra questão importante é que o Conselho é deliberativo, ou seja, todos os assuntos necessitam ser deliberados nas reuniões ordinárias e extraordinárias. As reuniões precisam ter quórum (50% + 1), ou seja, no mínimo 9 (nove) conselheiros presentes para o início das reuniões e se isso não ocorrer não se pode deliberar sobre nenhum assunto de pauta, como já aconteceu em algumas reuniões. Informa que o Conselho tem a missão de fiscalizar, acompanhar e avaliar todas as políticas públicas que dizem respeito à pessoa com deficiência na cidade, onde explicou um pouco a respeito sobre esta questão. O mesmo vê como um dos grandes problemas do Conselho a falta de divulgação, onde menciona que na gestão passada várias Secretarias Municipais e outros Órgãos foram convidados a participar das reuniões do Conselho para citarem quais os trabalhos que desenvolvem enquanto políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência. Diz que enquanto Comissão de Políticas Públicas foram em vários Órgãos para falar sobre o Conselho, então entende que cada conselheiro deve levar informações sobre o Conselho quando tiverem oportunidade, enquanto divulgação. Informa que temos 3(três) Comissões Permanentes de Trabalho, onde estão destacadas no Regimento Interno, são elas: a) Comissão de Acessibilidade; b) Comissão de Políticas Públicas e c) Comissão de Denúncias e Notificações. Também existem Comissões Temporárias que são criadas para tratar de assuntos específicos, como por exemplo a Comissão Eleitoral, entre outras. Foi informado que tanto a Lei como o Regimento Interno pode ser alterado a qualquer momento pela Gestão do Conselho, caso percebam alguma necessidade em detrimento a algum assunto com relação à alteração, complementação e/ou supressão, sendo esta proposta deliberada pelos conselheiros devendo a mesma seguir, através do processo do próprio Conselho, um trâmite interno até a publicação no Jornal Notícias do Município. O Sr. Gabriel cita que estas questões no último mandato foram apontadas e deliberadas alterações nas legislações 3 (três) vezes em que houve necessidade para esta finalidade. Explicou que todas as pessoas que participam tanto das reuniões ordinárias e extraordinárias possuem direito a voz, podendo expor suas demandas, embora que se for algum assunto que não esteja pautado naquela reunião, mas que a pessoa achar necessário pedir esta inclusão, a Mesa Diretora do Conselho, naquele momento irá avaliar diante da pauta já tratada para aquela reunião se a mesma poderá ser inserida, levando esta proposta para deliberação do pleno se entrará na pauta ou se ficará para ser discutida em outro momento caso a pauta já esteja com muitos assuntos a serem tratados. Desta forma, o Sr. Gabriel agradece a oportunidade de falar sobre este assunto até por conta da sua experiência de ter sido conselheiro e Presidente na Gestão passada, desejando boa sorte a esta nova Gestão nas conduções do trabalho. A Sra. Anniele em nome do Conselho agradece a apresentação do Sr. Gabriel.**3b) Funcionamento da Comissão de Acessibilidade:** O Sr. Kauê toma a palavra

informando que na antiga gestão já fazia parte desta Comissão e pretende continuar nesta gestão com este trabalho. Informa que as reuniões ocorrem às primeiras terças feiras de cada mês, às 14 horas, quando não ocorrem visitas. Estas solicitações de visitas são demandadas das outras Comissões ou de solicitações de municípios e até mesmo por parte do Ministério Público, quando há necessidade de fiscalização com relação às questões voltadas a acessibilidade. Então os membros da Comissão se programam e vão até o local averiguar estas questões específicas de cada solicitação. Após, emitem um relatório informativo com relação a necessidade de adequação de acordo com as legislações vigentes. Citou algumas visitas já realizadas como por exemplo, visita nas obras do Terminal de Ônibus aqui no centro de SBCampo; visita no em torno do Fórum enquanto uma solicitação do Ministério Público, entre outras. A Sra. Anniele agradece o Sr. Kauê pela explanação. **3c) Funcionamento da Comissão de Políticas Públicas:** O Sr. Alan toma a palavra informando que as reuniões da Comissão em epígrafe ocorrem às segundas terças feiras de cada mês, às 14 horas. Disse que já está no terceiro mandato deste Conselho participando como conselheiro e de acordo com as avaliações dos conselheiros dentro dos mandatos verificou-se a necessidade se constituir esta Comissão pensando na questão de divulgação, de realizar eventos em detrimento de datas comemorativas de assuntos voltados à pessoa com deficiência. Destaca a realização dos Seminários, entre outros eventos, onde a Comissão dá o start de suas realizações pensando em todo o contexto para realização dos mesmos e traz como ponto de pauta para deliberação do pleno, sendo reforçado mais uma vez que todas as ações propostas pelas Comissões do Conselho primeiro precisam ter deliberação dos conselheiros seja em reuniões ordinárias ou extraordinárias, ou seja, ninguém pode fazer nada em nome do Conselho sem ter deliberação nos plenos. Disse que esta questão de comunicação tem que ocorrer, inclusive entregou uma LBI para cada membro da Comissão para se apropriarem dos assuntos, onde nota que muitas coisas estão neste documento, mais precisa ser regulamentada aqui na base, pois cada município tem a sua realidade. Destaca que é uma Comissão muito importante que tem muito trabalho a ser realizado. A Sra. Anniele agradece em nome do Conselho a explanação do Sr. Alan. **3d) Funcionamento da Comissão de Denúncias e Notificações:** A Sra. Maria Lúcia toma a palavra informando que está neste Conselho a pouco tempo e não tinha quase nada de conhecimento sobre a legislação, na verdade tinha a visão deste Conselho pelo trabalho do nosso querido Sr. Luis Carlos Cocola Kassab, uma pessoa que tinha domínio da causa da pessoa com deficiência e que infelizmente não está entre nós e também através da Sra. Alessandra que está a frente dos trabalhos administrativos destes Conselhos. Mas enfatiza que tem aprendido a cada dia com os trabalhos desenvolvidos por este Conselho e em específico está fazendo parte da Comissão de Denúncias e Notificações desde a gestão passada. Explica que toda denúncia vem através da Secretaria Executiva do Conselho, a qual montou uma pasta em que estas denúncias são separadas por assunto, como por exemplo, Saúde, Educação, Transporte, entre outros, sendo estas analisadas pelos membros da Comissão os quais fazem os encaminhamentos necessários. Disse que muitas denúncias voltadas à Educação são analisadas pela Sra. Joseleine, conselheira e representante da Educação, que por muitas vezes identifica os casos e já direciona os encaminhamentos e respostas. Disse que na gestão passada atualizaram os instrumentais para facilitar os trabalhos da Comissão. Enfatiza que o Sr. Gabriel, a Sra. Alessandra e a Sra. Luciana ajudaram bastante a Comissão até por conta das expertises com relação às dúvidas da Comissão diante aos possíveis encaminhamentos dos casos, pois existe uma diferença entre denúncia e notificação, então tem que se tomar muito cuidado com os encaminhamentos dos documentos. Cita que se depararam com dois casos em que tiveram que pedir ajuda para a Comissão de Acessibilidade para realização de visitas. Disse que tem um caso que a Comissão resolveu deixar para dar continuidade esta gestão, que é o caso da Sra. Celeste. A Sra. Lúcia informa que hoje trabalha em uma Instituição, como Assistente Social, que trabalha com pessoas adultas com deficiência, então tem aprendido muito e isso tem ajudado muito a Instituição no dia-a-dia. Foi destacado a importância que estas denúncias e/ou notificações enviadas por e-mail, por telefone ou protocoladas pessoalmente na Secretaria Executiva do Conselho, que venham com informações como por exemplo, telefone, endereço, nome das pessoas, número do CID da deficiência, para que seja facilitada análise e encaminhamentos com relação a esta questão. A Sra. Anniele agradece em nome do Conselho a apresentação da Sra. Lúcia. **3e) Documento Orientador/PEI-Programa de Ensino Integral da Secretaria de Educação Municipal (Sra. Joseleine):** A Sra. Anniele em conversa com a Sra. Joseleine irão limitar o tempo para discussão deste assunto em detrimento do avançar da hora e pelo fato também que depois desta apresentação ainda temos itens na pauta para serem apreciados. Então, se houver necessidade este assunto será pautado em outros momentos. A Sra. Joseleine toma a palavra e apresenta a Sra. Eliane, a qual está ajudando a mesma nos trabalhos na Secretaria de Educação e que hoje está acompanhando a mesma nesta reunião. Faz uma menção a parte com

relação a Comissão de Denúncias e Notificações, onde verificaram a necessidade de termos um mapa destas denúncias a fim de elaborar uma estatística com informações: da onde vem; quem são estas pessoas, onde existem casos que são recorrentes e precisamos estudar estes casos com carinho, para que as pessoas sejam acolhidas dentro dos diversos serviços voltados à pessoa com deficiência. Estão pensando dentro da Comissão de Políticas Públicas de trazer como sugestão pauta permanente nas reuniões (entre 15 ou 20 minutos) no sentido de falar sobre temas específicos, como por exemplo, uma determinada lei (o que diz e abrir para perguntas, etc, pensando nessa proposta como um estudo. Então, enfatiza que são muitos trabalhos que temos que pensar em termos de efetivações de ações dentro do Conselho. Desta forma, retoma a questão da apresentação onde abordará o assunto da pauta em epígrafe. Disse que na última reunião deste Conselho realizada em fevereiro/24 as mães presentes no pleno trouxeram o conhecimento que elas tiveram de que a Secretaria de Educação encaminhou o Plano Educacional Individualizado, então ficou definido que abordáramos este assunto hoje na plenária. Apresentou um vídeo com uma música do Arnaldo Antunes, que usaram na abertura da apresentação do PEI para a Secretaria de Educação e a música fala “do seu olhar”, onde diz: “O seu olhar muda o meu olhar”. Diz que a construção do PEI veio de um pedido de grupo de mães para a Secretaria de Educação e a mesma foi caminhando mudando seu olhar nestas questões e acabaram aproveitando esta lógica. Então este trequinho da música que vai na abertura do PEI que é um documento que se chama Orientações para construção do Plano de Educação Individualizada, pois a visão da escola e das famílias são diferentes e tem que ser porque as vezes tem o entrelaçamento que não é muito tranquilo. Diz que foi realizada uma reunião na Secretaria de Educação em 2022 para acolher esta demanda das mães em 2023 realizam duas reuniões para dar uma devolutiva do que pensavam sobre os questionamentos vindos deste grupo de mães, ou seja, como a Secretaria pretendia trabalhar com o assunto. E procurando alinhar o que era possível e não é que constituíram um GT- Grupo de Trabalho com um grupo de OP’s- Orientadores Pedagógicos e acabaram contribuindo com as Diretorias que fizeram parte deste GT para a construção do PEI/2024 Depois disso, fizeram uma reunião com todos os OP’s para a apresentação deste documento para que pudessem avaliar e acrescentar e conhecer então o que seria o documento de orientação para 2024. Então, em fevereiro de 2024 a Secretaria de Educação libera o documento para todos que quisessem ter acesso ao mesmo. O PEI significa um Planejamento Educacional Individualizado. Por que é um planejamento? Porque parte do repertório do que a criança já sabe para que estabeleçam objetivos de planejamento para propor desafios possíveis dentro da condição de cada um. Quando se fala em planejamento é que tem uma intencionalidade, ou seja, intenções claras e objetivas e possíveis de serem alcançadas a curto prazo (de 3 a 6 meses) dentro da escola. A questão educacional: quem faz o PEI são as pessoas que estão nas unidades escolares, ou seja, todas as pessoas que tem contato com esta criança dentro da escola e por isso tem uma tarefa com esta criança. E individualizado porque é para aquela criança que tem uma especificidade no aprendizado. Então o PEI é uma estratégia de planejamento de flexibilização de atuar, para que a criança possa se adaptar ao convívio, como por exemplo, mudando a atividade para que a criança possa entender, ou seja, flexibilizar dentro do conteúdo curricular, mas com o objetivo muito próprio para que a criança possa aprender. Então como estratégia de flexibilização curricular, ela centraliza as informações, as intenções, as estratégias e as responsabilidades, ou seja, quem é responsável pelo quê dentro deste Plano. O PEI também é um documento, pois na Educação se trabalha com documentação pedagógica, como por exemplo o Portifólio das crianças, relatórios, fotos das crianças durante as atividades propostas e o documento do PEI fará parte desta documentação pedagógica. O PEI é um direito das crianças da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e de Educação de Jovens e Adultos. Quando se pensa na construção do PEI espera-se que os profissionais das Escolas se reúnam e discutam as experiências e mediações que a criança e o estudante precisam, ciente de que o sujeito muda toda hora, por isso ele é um processo, precisa ser revisto sempre os objetivos e ver se já foram alcançados e assim que é para ser. Como um objetivo maior é que a partir do PEI as histórias individuais e coletivas de crianças e estudantes, além dos próprios profissionais da educação, esses familiares podem ser descritos na perspectiva de um direito mais amplo, com educação de qualidade para todos. Então tudo isso nada mais do que tentarmos que todos aprendam na escola dentro de suas condições, dentro de suas histórias, dentro de suas sensibilidades, mais que de fato aprendam. As finalidades do PEI são: Tem um papel político porque trabalha com a equidade, por isso ele é individual e vai respeitar o que cada uma precisa e não é para todo mundo, ou seja, só vai ter o PEI quem precisar. Tem um papel didático porque tem a finalidade de diminuir as barreiras, utilizando as estratégias necessárias para que a criança possa aprender. Uma pergunta: O PEI substitui o Plano de AEE- Atendimento Educacional Especializado que é feito somente para o público alvo da Educação Especial? O PEI é

diferente, é feito para a criança e estudante que precisar de alguma flexibilização e não é feito por um professor especializado, o professor pode fazer parte do PEI, sendo uma responsabilidade de todos os profissionais da escola, claro que gerenciados pela equipe gestora, a qual vão dialogar sobre aquilo que for necessário. Ao longo da apresentação houve algumas reclamações das mães quanto ao não cumprimento do PEI em algumas escolas, onde a Sra. Joseleine enfatiza que isso que está trazendo para esta reunião é uma orientação da Secretaria de Educação e foi recebida por todas as escolas, ou seja, o que está escrito neste documento é o que foi encaminhado para todas as escolas. Agora a Secretaria vai avaliar como isso está acontecendo, vindo de acompanhamentos das equipes e muito por parte das mães. A Sra. Joseleine, diante da manifestação de algumas mães no pleno diz que irá pensar numa forma de devolutiva e de fechamento quanto às solicitações de esclarecimentos. Outras questões apontadas: quem deve elaborar o PEI? Todo mundo que convive direta ou indiretamente com a criança. Quem são essas pessoas? O professor da turma, o professor de AEE, o professor de arte, o professor de educação física, o professor de língua, as professoras de laboratório, os orientadores e os profissionais de apoio-cuidadores e os pais ou responsáveis, ou seja, todos estes fazem parte do PEI. Enfatiza que é importante que todos participem, mas não todos ao mesmo tempo e a equipe gestora é a responsável por organizar isso dentro da escola. A Sra. Joseleine explica como é produzido o PEI, apresentando o documento explicando todos os itens que constam no mesmo, sendo verificado que é um documento muito rico em informações. A mesma informa que agora é partir para fase II, ou seja, verificar se ele está sendo feito de forma correta nas escolas. Então diante de todas estas explicações não é possível que a escola não saiba o que tem que fazer. Ela pode ter dúvidas, pode achar que não está fazendo direito, mas não pode dizer que não fez porque não sabe fazer. Após o término da explanação sobre o assunto, a Sra. Anniele agradece em nome do Conselho a Sra. Joseleine. **4) Informes: 4a) Comissão de Acessibilidade:** O Sr. Kauê informa que na terça-feira passada a Comissão se reuniu para a indicação de coordenador e relator da Comissão e disse que estão se articulando para realizar uma visita. **4b) Comissão de Políticas Públicas:** O Sr. Alan informa que indicaram a Sra. Joseleine como coordenadora e o Sr. Mateus como relator da Comissão em epígrafe e na última reunião conversaram um pouco sobre as legislações e falaram também a respeito sobre a página do Conselho no site da Prefeitura, o qual precisa ser atualizada. Então, informa que a Comissão tem bastante trabalho a ser efetivado. **5) Encerramento:** Não havendo nada mais a ser tratado a reunião encerrou-se às 16h20. Eu, Alessandra Geraldini Marcondes Salgado, secretariei a reunião e lavrei esta ata, a qual assino juntamente com a Sra. Anniele Costa dos Santos, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Anniele Costa dos Santos

Presidente do CMDPCD/SBC

Alessandra G. Marcondes Salgado

Secretária Executiva do CMDPCD/SBC